

Controle e avaliação das OSs

Flávio Alcoforado

Março de 2017

Reformas

- Burocrática
- Desenvolvimentista
- Gerencial (NPM?)

Teoria burocrática	NPM	Teoria gerencial
• Distinção entre o público e o privado • Separação entre políticos e administradores • Formalismo • Hierarquia • Impessoalidade • Rotinas estabelecidas • Divisão racional do trabalho por especializações • Exclusão da maior discricionariedade possível dos governantes e burocratas • Regras rígidas e imutáveis • Controle dos meios - procedimentos	• Redução de despesas e do tamanho do Estado com fins de ajuste fiscal • Gestão por desempenho, com a introdução de maior competição entre os entes prestadores de serviços públicos • Contratualização e mensuração de resultados • Autonomia gerencial aos dirigentes • Responsabilização dos gestores • Descentralização do orçamento • Treinamento continuado dos funcionários • Parcerias com a sociedade civil	• Fortalecimento do Estado, pelo Núcleo Estratégico e as carreiras de Estado • Realização de concursos públicos planejados e anuais, de modo a sempre oxigenar o Estado • Capacitação continuada dos servidores públicos por Escolas de Governo • Foco em resultados, com contratualização ente entes estatais e com entidades não governamentais e empresas • Superação de práticas burocráticas e patrimonialistas - entrave para o funcionamento das organizações • Sistemas de gestão e controle centrados em resultados • Maior autonomia gerencial do administrador público

Aspectos da reforma gerencial

- Ajuste fiscal
- Estrutura da governança pública
- Foco em resultados (aspecto gerencial)

Responsabilização e Controle Social

Reforma do Estado:

“a necessidade de transformar o modelo e estilo de gestão da administração pública para orientá-la em direção a uma maior flexibilidade, à descentralização, à individualização das responsabilidades e à aplicação de princípios éticos na gestão pública”. (Jarquín:2006)

GOVERNABILIDADE DEMOCRÁTICA

Desafio:

“tornar a gestão pública mais efetiva em termos dos resultados das políticas e mais responsiva perante os cidadãos”. (CLAD:1998)

TIPOLOGIAS E MODELOS

Mecanismos de controle:

- Controles clássicos
- Controle parlamentar
- Lógica dos resultados
- Competição administrada
- Controle social

CONTROLES CLÁSSICOS

Característica:

“comparação entre os atos, os feitos e as normas, a fim de comprovar se aqueles se ajustam ao que foi prescrito...” (Groisman e Lerner:2006)

Fins:

“cumprimento das normas existentes, de forma que se verifiquem os princípios de probidade e universalidade dos atos governamentais, e também o controle da ação dos governantes para que os direitos dos cidadãos sejam respeitados e não existam atos de corrupção.” (Groisman e Lerner:2006)

CONTROLE PARLAMENTAR

Princípio:

“capacidade de os governados controlarem seus governantes”. (Anastasia: 2006)

Principais instrumentos:

Eleições

Poder de agenda

Veto

LÓGICA DOS RESULTADOS

“é efetivo desde que exista uma definição política clara do papel do Estado e de suas instituições...” (Quirós:2006)

“avaliação *ex post* das políticas e dos programas como meio para medir seu desempenho e exigir a prestação de contas dos diretores e funcionários públicos responsáveis, tanto por sua execução como pelos resultados obtidos.” (Quirós:2006)

“Pressupõe a confrontação entre as metas estabelecidas (compromissos adquiridos) e os resultados finalmente obtidos (realizações)...” (Quirós:2006)

“a atuação dos órgãos governamentais deve estar baseada em contratos, com os quais o núcleo central do Estado estabelece parâmetros de desempenho às unidades descentralizadas ou aos prestadores de serviços públicos não estatais, que ganham autonomia de gestão mas, ao mesmo tempo, tornam-se mais permeáveis às demandas dos cidadãos.” (Abrucio:2006)

COMPETIÇÃO ADMINISTRADA

Característica:

“criar uma pluralidade de prestadores de serviços públicos, em contraposição à concepção monopolista vigente no modelo burocrático clássico.

“O estabelecimento de uma pluralidade de prestadores possibilita, na avaliação de desempenho, substituir contratos detalhados por parâmetros comparativos e, nos casos de prestação de serviço direto ao público, aumentar as opções de escolha por parte dos usuários.” (Abrucio:2006)

“pode ser utilizada no plano interno da administração pública e na concorrência entre provedores, privados ou públicos não-estatais, na prestação direta das políticas.” (Abrucio:2006)

CONTROLE SOCIAL (GRAU:2006)

O controle social sobre a Administração Pública: uma primeira aproximação das respostas

Quem	Qualquer ator, seja individual, seja coletivo, que atue em função de interesses públicos ou suscetíveis de serem defendidos como tal.
Como	Monitoramento e reação diante de ações e decisões, sejam elas: • Passadas: resultados • Futuras: formação de decisões e políticas Em qualquer instância, em condições de AUTONOMIA.
Com o quê	Recursos efetivos para forçar a observância dos deveres administrativos, sejam eles: Diretos: poder de veto, eleições, deliberação política etc. Indiretos: ações consagradas juridicamente e recursos administrativos...
Onde	Aplicado a: • Núcleo estratégico da Adm. Pública • Serviços públicos: individuais/em rede; estatais/não-estatais Considerando: os tipos de estrutura organizacional

AVALIAÇÃO COMO MECANISMO DE *ACCOUNTABILITY*

A reflexão sobre *accountability* destaca a necessidade de um modelo de administração que supere o conceito de eficiência, probidade administrativa e bom uso dos recursos públicos.

“Serão estes mecanismos suficientes para defender os direitos dos abusos de poder? Serão necessariamente eficazes na promoção da justiça social e política? Garantirão que o governo trabalhe para o povo?”

Ceneviva (*et alii*, 2006) discute **avaliação** como mecanismo de *accountability* e controle social.

Avaliação é tratada aqui como uma política pública e não como uma fase do ciclo de política pública.

AVALIAÇÃO

Algumas reflexões

Ainda que insuficiente, a avaliação sistemática e a transparência das informações é necessária para *accountability*.

Modelo OS - Análise dos documentos

- Decisão normativa TCU nº 592/98, que definiu o modelo de prestação de contas das OS como sendo o mesmo aplicado às organizações integrantes da Administração Pública
- ADIn 23/DF, de 1998, impetrada pelo PT e PDT, questionando a constitucionalidade de toda a Lei nº 9.637/98
- Decreto nº 5.504/2005, que estabeleceu a exigência da utilização de pregão eletrônico e da lei de licitações públicas (8.666/93)
- 2005 – TCU passa a auditar procedimentos das OS com base na lei nº 8.666/93
- Acórdão TCU nº 2.490/2005 , obrigando a ABTLuS a cumprir o Decreto nº 5.504/2005
- Decreto nº 6.170/2007, que normatizou as transferências de recursos da União mediante convênios e contratos de repasse, prevendo que as entidades deverão utilizar-se dos “princípios” da administração pública para a aquisição de produtos e contratação de serviços

Modelo OS - Análise dos documentos

- Acórdão 601/2007, que reafirma a obrigatoriedade da ABTLuS adotar o Decreto nº 5.504/2005
- Manifestação da AGU/2007 na ADIn 23/DF, contrária à arguição defendida da inicial
- Parecer da CONJUR/MPOG/2008, opinando pela derrogação do Decreto nº 5.504/2005 e validando a utilização do Decreto nº 6.170/2007.
- Ofício da PR ao STF, em 2009, solicitando “preferência” no julgamento da ADIn 23/DF, tendo em vista a “relevância da matéria nela versada”
- Parecer da CONJUR/MCT/2009 (a), acolhendo a posição do parecer CONJUR/MPOG/2008.
- Manifestação da PGR, na ADIn 23/DF, em 2009, defendendo a constitucionalidade da Lei nº 9.637/98 (exceto: ato discricionário para qualificação, ausência de processo seletivo para escolha e formato dos controles públicos – prerrogativa de que todos os órgãos de controle interno e externo atuem nos contratos de gestão e nas OS)

Modelo OS - Análise dos documentos

- Parecer da CONJUR/MCT/2009 (b), revendo sua posição e opinando pela adoção do Decreto nº 5.504/2005 para as OS
- Acórdão nº 2.569/2011, aponta a obrigatoriedade do CGEE de adotar o Decreto nº 5.504/2005
- Parecer AGU nº 81/2011/DECOR/CGU/AGU, padronizando o entendimento das consultorias jurídicas do MCT e do MPOG, opinando pela validade do Decreto nº 6.170/2007 e propondo a revisão dos Acórdãos 601/2007 e 2.569/2011 do TCU
- Acórdão TCU 1.509/2012, obriga a OS CGEE a correlacionar as “ações” orçamentárias às metas e ações do contrato de gestão, impondo a lógica do orçamento público
- Portaria MCT nº 967/2012, que regulamenta a Lei de OS para a área de C & T, definindo as atividades que devem ser desenvolvidas pelo Estado (supervisão, avaliação e fiscalização) e regras para a celebração dos contratos de gestão, aditivos e renovações e atividades das comissões de avaliação

OS na saúde do Rio de Janeiro - Papéis dos parceiros

- Município:
 - Formulação da política pública para a área social específica;
 - Monitoramento das atividades e resultados previstos no Contrato de Gestão;
 - Avaliação dos resultados alcançados.
- OS
 - Execução do pactuado no Contrato de Gestão.

Avaliação dos indicadores

- Eficácia – quantidade e qualidade dos produtos e serviços entregues
- Eficiência – Relação entre o que foi entregue e o que foi consumido de recursos
- Efetividade – Impactos/efeitos dos produtos ou serviços sobre os beneficiários

Prestação de contas

- *RELATÓRIOS FINANCEIROS e CONTÁBEIS*
- *RELATÓRIOS DE PATRIMÔNIO*
- *RELATÓRIOS DE COMPRAS*
- *RELATÓRIOS DE RECURSOS HUMANOS*
- *CERTIDÕES DE QUITAÇÃO DE TRIBUTOS E ENCARGOS TRABALHISTAS, além de outros documentos formais necessários à prestação de contas*

Conclusões

- Os controles previstos para a reforma gerencial da Administração Pública foram adicionados aos controles clássicos já utilizados, causando uma sobreposição de controles no modelo OS, que passou a ter que aferir os resultados, adotar mecanismos de transparência e *accountability* e, também, utilizar-se dos controles clássicos de procedimentos previstos na teoria burocrática.

Conclusões

- O modelo de Organizações tem sido alvo de um sistema que contém mais mecanismos de controle que os adotados para a gestão de organizações estatais, tendo em vista que não houve substituição dos modos de controle, dos meios para os fins, e adicionalmente foi agregado o controle dos resultados aos controles clássicos já aplicáveis à Administração Pública.

Conclusões

- A tensão entre os aspectos gestão e controle no modelo OS tem origem desde o seu nascedouro, primeiramente com a oposição de áreas corporativistas da administração pública que estavam interessadas em manter o seu status e espaço de ação na máquina administrativa, além de uma reação ideológica ao modelo por parte de setores da política partidária.

Questão para debate:

- “Mas qual o dever essencial do administrador, cujo cumprimento tem que ser controlado?”
- Agir com milimétrica observância dos infinitos requisitos formais que as normas e manuais são capazes de inventar?
- Ou seu dever é executar programas públicos eficientes e eficazes?”

(Sundfeld, 2008)

BIBLIOGRAFIA

ABRUCIO, Fernando Luiz. **Responsabilização pela competição administrada.** In: Responsabilização na Administração Pública, coords. Luiz Carlos Bresser-Pereira e Nuria Cunill, São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

ANASTASIA, Fátima. **Responsabilização pelo controle parlamentar.** In: Responsabilização na Administração Pública, coords. Luiz Carlos Bresser-Pereira e Nuria Cunill, São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

CENEVIVA, Ricardo e FARAH, Marta. **Democracia, avaliação e *accountability*: a avaliação de políticas públicas como instrumento de controle democrático.** Trabalho apresentado no ENAPG 2006, realizado em São Paulo, entre 24 e 26 de novembro de 2006.

CLAD, **Uma nova gestão pública para a América Latina** – Documento do CLAD – Outubro de 1998.

CUNILL GRAU, Nuria. Responsabilização pelo controle social. In: BRESSER-PEREIRA, L. C.; CUNILL GRAU, Nuria (coords.). *Responsabilização na Administração Pública*. São Paulo: CLAD/Fundap, 2006. pp. 263-320.

GROISMAN, Enrique e LERNER, Emilia. **Responsabilização pelos controles clássicos.** In: Responsabilização na Administração Pública, coords. Luiz Carlos Bresser-Pereira e Nuria Cunill, São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

JARQUÍN, Edmundo. Apresentação. In: **Responsabilização na Administração Pública**, coords. Luiz Carlos Bresser-Pereira e Nuria Cunill, São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

QUIRÓS, Mario Mora. **Responsabilização pelo controle de resultados.** In: Responsabilização na Administração Pública, coords. Luiz Carlos Bresser-Pereira e Nuria Cunill, São Paulo: CLAD/Fundap, 2006.

OS no Rio de Janeiro

Marco Legal

- Lei Municipal 5.026, de 2009
- Decreto 30.780, de 2009 – regulamentação geral
- Decreto 31.618, de 2009 – altera a regulamentação geral
- Decreto 37.079, de 2013 – Institui o Painel de Gestão das Parcerias
- Decreto 41.081, de 2015 – Aprova a minuta-padrão de convocação pública para parceria com Organização Social
- Resolução SMS 2734, de 2015 – Regulamenta a Reserva Financeira destinada ao provisionamento das verbas rescisórias para o encerramento dos contratos de gestão celebrados com Organizações Sociais de Saúde

OS no Rio de Janeiro

Marco Legal

- Decreto 41.193, de 2016 – Limita o numero de contratos por Organização Social
- Decretos 41.207, 41.208, 41.209, 41.210, 41.211, 41.212, 41.213, 41.214, 41.215, 41.216, 41.217, 41.218, de 2016 – Cria mais instrumentos para a fiscalização de contratos com Organizações Sociais
- Lei Municipal 6048, de 2016 – Disciplina o dever de transparência por parte de entidades privadas de utilidade pública ou não, que recebam recursos públicos a título de remuneração, subvenções, auxílios ou parcerias com a Prefeitura.

OS no Rio de Janeiro

Números do modelo de gestão por OS na Saúde

- 25 Contratos de Gestão vigentes
- 24 OS qualificadas para a área de saúde
- Orçamento de R\$ 2.205.408.613,27 com Contratos de Gestão em 2016
- 10 OS parceiras com Contratos de Gestão celebrados com a Secretaria Municipal de Saúde

OS no Rio de Janeiro

Unidades de saúde geridas por OS

- 5 hospitais
- 2 maternidades
- 6 CER – Centros de Emergência Regionais
- 11 UPA
- 89 Clínicas de Família nas 10 áreas de planejamento com 52% de cobertura de atenção primária (saímos de 3,5% em 2009)
- PADI – Programa de Atenção Domiciliar ao Idoso
- Cegonha Carioca
- Suporte a gestão de leitos e serviços de saúde e grandes eventos

OS no Rio de Janeiro

Modelo OS da cidade do Rio de Janeiro

- Áreas: Ensino, Pesquisa científica, Desenvolvimento Tecnológico, Proteção e Preservação do Meio Ambiente, Cultura, Saúde e Esporte
- Saúde:
 - Unidades de saúde criadas a partir da entrada em vigor da Lei 5.026/2009
 - Hospital Municipal Ronaldo Gazolla
 - Equipamentos destinados ao Programa de Saúde da Família

OS no Rio de Janeiro

A entidade – Requisitos para qualificação

- Ter conselho de administração e diretoria
- Ter sede ou filial localizada no município do Rio de Janeiro
- Estar constituída há pelo menos 2 anos e em atividade
- Comprovar a presença, em seu quadro de pessoal, de profissionais com formação específica para a gestão das atividades a serem desenvolvidas, notória competência e experiência comprovada na área de atuação.
- Comprovar experiência na área em que pretende se qualificar.

OS no Rio de Janeiro

Contrato de Gestão - premissas

- Observar dos princípios do SUS
- Utilização dos preços públicos para nortear as contratações de OS
- Processo Seletivo público
- Atribuições, responsabilidades e obrigações do Poder Publico e da OS
- Metas e respectivos prazos de execução
- Atendimento exclusivo aos usuários do SUS

OS no Rio de Janeiro

Monitoramento e fiscalização

- CTA – Comissão Técnica de Avaliação por Unidade de Saúde objeto do contrato
- Fiscalização dos resultados e análise pelas áreas técnicas e de gestão da SMS
- Painel de Gestão das Parcerias com OS
- Controladoria Geral do Município

Papeis dos parceiros

- **Município:**
 - Formulação da política pública para a área social específica;
 - Monitoramento das atividades e resultados previstos no Contrato de Gestão;
 - Avaliação dos resultados alcançados.
- **OS:**
 - Execução do pactuado no Contrato de Gestão.

OS no Rio de Janeiro

- Finalidade e objetivos públicos;
- Flexibilidade e agilidade de gestão;
- Regras privadas, com princípios públicos;
- Aplicável aos “serviços de relevância pública” (CF 1988);
- Maior controle dos resultados e da aplicação dos recursos públicos;
- Geração de dados para subsidiar a formulação e avaliação de políticas públicas;
- Fomento à intersectorialidade.

OS no Rio de Janeiro

- Normas próprias de compras contratações e alienações;
- Contratação de pessoal pela CLT, mediante processo seletivo próprio;
- Flexibilidade de utilização dos recursos disponíveis;
- Transparência no uso de recursos e de seus processos de compras e contratações – Painel de Gestão e internet;
- Contabilidade privada.

Bem-vindo ao

Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem parcerias com diversas Organizações Sociais, que são entidades sem fins lucrativos qualificadas de acordo com a Lei Municipal nº 5.026/09. Este Portal veicula e oferece para consulta as informações pertinentes a estas parcerias, agregando eficiência, qualidade e transparência às ações de monitoramento, avaliação e controle.



LOGIN

Usuário

Senha

krul

ENTRAR



Este Painel disponibiliza aos usuários o envio, organização e consulta dos dados relativos às Organizações Sociais e contratos de gestão vigentes no Município do Rio de Janeiro.



Elabore gráficos e extraia relatórios sobre dados de produção ou econômico financeiros.



Acesso Público. Clique aqui e acesse os dados.



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Usuário: SHAINA

Perfil: FGV Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Cadastro

Relatório

Administrador

Documentos

Painel

Cadastro de Contrato de Gestão

Secretaria

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OS

263 - OS SPDM

Num. Contrato



Num. Contrato	Dt. Assinatura	OS	Contas bancárias	Imagem	Indicadores
001/2009	07-10-2009	OS SPDM	Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 346 -3 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 375 -7 Bco: 237 Ag: 2677 Cta: 31400 -5	Imagem contrato	Desempenho
020/2010	01-09-2010	OS SPDM	Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 348 -0 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 377 -3 Bco: 237 Ag: 2677 Cta: 35180 -6	Imagem contrato	Desempenho
021/2010	03-09-2010	OS SPDM	Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 350 -1 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 378 -1 Bco: 237 Ag: 2677 Cta: 35225 -0	Imagem contrato	Desempenho
008/2010	04-01-2010	OS SPDM	Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 347 -1 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 376 -5 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 434 -6 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 435 -4 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 436 -2 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 437 -0 Bco: 237 Ag: 2677 Cta: 34430 -3 Bco: 237 Ag: 2677 Cta: 40755 -0 Bco: 237 Ag: 2677 Cta: 40756 -9	Imagem contrato	Desempenho
			Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 712 -4 Bco: 104 Ag: 3006 Cta: 713 -2		



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Usuário: SHAINA

Perfil: FGV| Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Cadastro

Relatório

Administrador

Documentos

Painel

Detalhamento das Despesas

*Secretaria:	*OS:	Contrato:
SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	263 - OS SPDM	020/2014
Unidade:	*Período	*Tipo:
-- Selecione --	de 01-05-2015 a 31-05-2015	Despesa
Conta:	Item	
-- Selecione --	-- Selecione --	
☒ Caixa ☐ Competência	CNPJ	Razão Social
Exibir os lançamentos: ☒ Com Imagem ☒ Sem Imagem		Tipo de Documento:
		-- Selecione --

Buscar

Excel

PDF

Campos obrigatórios(*)

Detalhamento das Despesas



OS: 263 - OS SPDM

22-06-2015 17:31

Contrato: 020/2014 Período: 01/Mai/2015 a 31/Mai/2015

Tipo: DESPESA

Por Caixa

Exibir os lançamentos: [X]Com Imagem [X]Sem Imagem

Unidade	Tipo	CNPJ	Documento	Data Vencimento	Data Pagamento	Data Apuração	Despesa	Rubrica	Banco	Agência	Conta	Valor Pagam
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	20
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão	104	3006	884-8	50



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Usuário: SHAINA

Perfil: FGV | Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Cadastro

Relatório

Administrador

Documentos

Painel



Detalhamento das Despesas

OS: 263 - OS SPDM

22-06-2015 17:31

Contrato: 020/2014 Período: 01/Mai/2015 a 31/Mai/2015

Tipo: DESPESA

Por Caixa

Exibir os lançamentos: ☒ Com Imagem ☐ Sem Imagem

Unidade	Tipo	CNPJ	Documento	Data Vencimento	Data Pagamento	Data Apuração	Despesa	Rubrica	Banco	Agência	Conta	Valor Pagam
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	20
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	50
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	2.10
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	20
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	14
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	46
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	14
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	41
263	Folha de Pagamento	61.699.567/0023-06		04-05-2015	04-05-2015	01-05-2015	01.02.01	Apoio à gestão TEIAS	104	3006	884-8	44



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Usuário: SHAINA

Perfil: FGVJ Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Cadastro

Relatório

Administrador

Documentos

Painel

Relatório de Aquisição de Bens

Secretaria SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE	OS 263 - OS SPDM	Contrato 020/2014
Unidade: - Selecione -	Tipo -- Selecione --	Período de 02 / 2015 a 02 / 2015
Descrição	Fornecedor	

Buscar Gerar

Gerar PDF

Aquisição de Bens



Secretaria: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

22-06-2015 17:38

OS: 263 - OS SPDM

Contrato: 020/2014

Inventário:

DE 02/2015 À 02/2015

OS	Contrato	Referência	Nº Controle da OS	Tipo	Descrição	CNPJ	Qtd.	NF	Data de aquisição	Vida útil estimada (anos)	Valor do Bem (R\$)	Unidade	Vinculação ao objeto	NF
OS SPDM	020/2014	02/2015	527657	Equipamentos de informática	MONITOR 185 LED LG E1941C	18.457.113/0001-86	1	564	06-01-2015	5	385,00	SMS RIO CMS DR ALOYSIO AMANCIO DA SILVA AP 53	26	Ver
OS SPDM	020/2014	02/2015	527696	Equipamentos de informática	MONITOR 185 LED LG F1941C	18.457.113/0001-86	1	564	06-01-2015	5	385,00	SMS RIO CMS DR CESARIO DE MELLO	26	Ver



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Usuário: SHAINA ALBACETE

Perfil: FGV| Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Cadastro

Relatório

Administrador

Documentos

Painel

Cadastro de Meta de Indicador de Desempenho

Secretaria

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato

001/2009

Organização Social

OS SPDM

Tipo Relatório

Indicadores Saúde de Família

Grupo(*)

Variável 1 - Incentivo instituciona

Subgrupo

Gestão do Teias

Unidade

-- Selecione --

Indicador

Período de Validade

-- Todos --

Vigência

-- Todos --

Buscar

Novo

Voltar

Excel

PDF

Validade		Indicador	Abrangência	Período de Validade		Meta	Faixas de Metas
Início	Fim			Início	Fim		
2014-11-01		01-Proporção de unidades de saúde da família com comissões de prontuários mantidas	Contrato	007	024	>= 95,00 %	Metas
2014-11-01		02-Proporção de profissionais de saúde cadastrados	Contrato	001	024	>= 95,00 %	Metas
2014-11-01		03-Percentual de consultórios com impressora funcionando	Contrato	001	024	>= 95,00	Metas



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Usuário: SHAINA

Perfil: FGVJ Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Cadastro

Relatório

Administrador

Documentos

Painel

Cadastro de Meta de Indicador de Desempenho

Secretaria

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Contrato

030/2014

Organização Social

OS VIVA

Tipo Relatório

Indicadores Upa

Grupo(*)

Variável 1 - Incentivo institucional

Subgrupo

Desempenho da gestão

Unidade(*)

SMS RIO UPA 24H COMPLEXO DO ALEMA

Indicador

Período de Validade

-- Todos --

Vigência

-- Todos --

Buscar

Novo

Voltar

Excel

PDF

Validade		Indicador	Abrangência	Período de Validade		Meta	Faixas de Metas
Início	Fim			Início	Fim		
2014-11-01		1 - Percentual de BAE dentro do padrão de conformidades	Unidade	001	024	>= 90,00 %	Metas
2014-11-01		2 - Índice de absenteísmo	Unidade	001	024	<= 3,00 %	Metas
2014-11-01		3 - Taxa de Turnover	Unidade	001	024	<= 3,50 %	Metas
2014-11-01		4 - Treinamento hora homem	Unidade	001	024	>= 1,50 horas	Metas
2014-11-01		5 - Relatórios assistenciais e financeiros entregues no padrão e no prazo	Unidade	001	024	= 1,00 Relatório	Metas
2014-11-01		6 - Preenchimento adequado de fichas SINAN em todos os casos previstos	Unidade	001	024	= 100,00 %	Metas



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Usuário: SHAINA

Perfil: FGV| Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Cadastro

Relatório

Administrador

Documentos

Painel

Relatório de Saldos

Secretaria

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

OS

265 - OS CEP28

Contrato

- Selecione -

Conta

- Selecione Primeiro o Contrato -

Período de

05 até: 05 2015

Buscar

Cancelar

Gerar



Gerar PDF



Relatório de Saldos

OS: OS CEP28

Período: Mai/2015 a Mai/2015

22-06-2015 17:40

Contrato: 006/2011

Banco:1 Agência:1569-5 Conta:22632-7 Tipo de conta: Execução

[Maio/2015](#)

A. Conta Corrente Bancária (Extrato)

0,00

B. Conta de Aplicação Financeira (Extrato)

6.631.725,04

Total da Conta

6.631.725,04

Total do Contrato: 006/2011

6.631.725,04

Contrato: 003/2012

Banco:1 Agência:1569-5 Conta:23311-0 Tipo de conta: Execução

[Maio/2015](#)

A. Conta Corrente Bancária (Extrato)

0,00

B. Conta de Aplicação Financeira (Extrato)

14.972.920,69

Total da Conta

14.972.920,69



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Usuário: SHAINA ALBACETE

Perfil: FGV| Unidade: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE



Cadastro

Relatório

Administrador

Documentos

Painel

Cadastro de Rubrica

Rubrica



Buscar



Novo



Gerar

Código	Rubrica
124	Ações Contingenciais para o Enfrentamento da Tuberculose
34	Ações de Educação Continuada
26	Adaptações de Instalações/Equipamentos (Clin Fam / Post Saúde Família
104	APOIO A GESTÃO CAPS
14	Apoio à gestão da CAP
136	APOIO A GESTÃO da RAS/SUS
12	Apoio à gestão das Unidades
8	Apoio à gestão do PADI
10	Apoio à gestão do Programa Cegonha Carioca
15	Apoio à gestão TEIAS
128	Apoio à Manutenção das Estações OTICS-RIO
71	APOIO A PESQUISA CLÍNICA
44	Apoio a Saúde Básica
120	Apoio ao Monitoramento e Análise de Qualidade de Ações
142	APOIO AOS EVENTOS CARNAVAL, ENSAIOS TÉCNICOS, TERREIRÃO, SAMBÓDROMO E BLOCOS DE RUA

Ir para página : 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

Bem-vindo ao Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

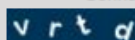
A Prefeitura da Cidade do Rio de Janeiro tem parcerias com diversas Organizações Sociais, que são entidades sem fins lucrativos qualificadas de acordo com a Lei Municipal nº 5.026/09. Este Portal veicula e oferece para consulta as informações pertinentes a estas parcerias, agregando eficiência, qualidade e transparência às ações de monitoramento, avaliação e controle.



LOGIN

Usuário

Senha



ENTRAR



Este Painel disponibiliza aos usuários o envio, organização e consulta dos dados relativos às Organizações Sociais e contratos de gestão vigentes no Município do Rio de Janeiro.



Elabore gráficos e extraia relatórios sobre dados de produção ou econômico financeiros.



[Acesso Público. Clique aqui e acesse os dados.](#)

Dados Públicos

Nome da Unidade:

Buscar


[contato](#)

[glossário](#)

Organização Social	Num. Contrato	Equipamento	Disponível
OS SPDM	002/2015	CER, HOSPITAL	Dados Públicos
OS CEP28	003/2012	MATERNIDADE	Dados Públicos
INSTITUTO GNOSIS	007/2015	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, NASF	Dados Públicos
OS IABAS	007/2015-52	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	Dados Públicos
OS VIVA	007/2015-H	HOSPITAL	Dados Públicos
OS IABAS	007/2015-UPA	UPA	Dados Públicos
OS IABAS	009/2015	EQUIPE PADI	Dados Públicos
OS IABAS	014/2015	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	Dados Públicos
OS VIVA	019/2014	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, NASF, UPA	Dados Públicos
OS SPDM	020/2014	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	Dados Públicos
OS SPDM	021/2013	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, NASF, UPA	Dados Públicos
OS UNIR	024/2013	UPA	Dados Públicos
OS SPDM	025/2015	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	Dados Públicos
OS VIVA	030/2014	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, NASF, UPA	Dados Públicos
OS FIOTEC	032/2014	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, PROGRAMA, UPA	Dados Públicos
INSTITUTO GNOSIS	034/2015	CER, MATERNIDADE	Dados Públicos
OS CEJAM	037/2015	CER, HOSPITAL	Dados Públicos
OS CRUZ VERMELHA	038/2015	UPA	Dados Públicos
OS SPDM	047/2014	PROGRAMA	Dados Públicos
OS SPDM	047/2015	CER	Dados Públicos
OS VIVA	146/2014	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA, NASF	Dados Públicos
OS IABAS	016/2015	ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMÍLIA	Dados Públicos
CEP 28	006/2011	CEGONHA CARIOCA	Dados Públicos
OS HMTJ	001/2016	CER, HOSPITAL	Dados Públicos



Painel de Gestão das Parcerias com Organizações Sociais

ACESSO PÚBLICO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE

Dados Públicos

Contrato:

003/2012

OS:

OS CEP28

Equipamento:

MATERNIDADE

[Voltar](#)

Documentação

[Imagem do Contrato 003/2012](#)

[Termo Aditivo 005/2014](#)

[Termo Aditivo 021/2014](#)

Financeiros

MATERNIDADE MARISKA RIBEIRO- ZONA OESTE

[Primeiro Trimestre](#)

[Segundo Trimestre](#)

[Terceiro Trimestre](#)

[Quarto Trimestre](#)

Indicadores de Qualidade da Gestão

MATERNIDADE MARISKA RIBEIRO- ZONA OESTE

[Primeiro Trimestre](#)

[Segundo Trimestre](#)

[Terceiro Trimestre](#)

[Quarto Trimestre](#)